

RENATO RIBEIRO DE ALMEIDA

DIREITO ELEITORAL

2ª EDIÇÃO

REVISTA E AMPLIADA

Prefácio a 2ª Edição:
André Ramos Tavares

Prefácio a 1ª Edição:
Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior

Revisão Técnica:
Kaleo Dornaika Guaraty e Tiago Augustini

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, inverno de 2022
editoraquartier@uol.com.br
 @editoraquartierlatin

RENATO RIBEIRO DE ALMEIDA

Direito Eleitoral – 2ª Edição Revista e Ampliada

São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-161-1

1. Direito. 2. Direitos Políticos. 3. Direito Eleitoral. 4. Eleições. 5. Justiça Eleitoral.
6. Inelegibilidade. 7. Partidos Políticos. 8. Campanha Eleitoral. 9. Crimes Eleitorais.
10. Ações Eleitorais. I. Título.

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Gasperazzo Guimarães Nakamura

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Kaleo Dornaika Guaraty e Renato Ribeiro

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	19
Prefácio – 2ª Edição	21
Prefácio – 1ª Edição	25

CAPÍTULO 1

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS, 29

Conceito, objeto, finalidade e importância do Direito Eleitoral.....	29
A importância do Direito Eleitoral	32
Relação do Direito Eleitoral com os demais ramos jurídicos.....	35
Fontes de Direito Eleitoral	36
O Código Eleitoral e as principais normas do Direito Eleitoral.....	38
Princípios do Direito Eleitoral	39
A democracia e o Estado Democrático de Direito	40
Soberania Popular.....	42
Princípio Republicano, Federativo, Legitimidade, Moralidade, Igualdade ou Isonomia	43
Sufrágio Universal	45
A digitalização do voto	49
Eficácia das Normas Jurídicas Eleitorais	51

CAPÍTULO 2

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, 53

Introdução	53
História e desenvolvimento	53
Natureza e funções da Justiça Eleitoral.....	58
Função administrativa	59
Função jurisdicional.....	59
Função normativa (Resoluções).....	60
Função consultiva	61
Órgãos e competência da Justiça Eleitoral.....	63
Tribunal Superior Eleitoral.....	63
Tribunais Regionais Eleitorais.....	64
Juizes eleitorais	65

Juntas eleitorais.....	66
Divisão territorial	66
Ministério Público Eleitoral.....	67
Procurador-geral eleitoral, procuradores regionais eleitorais e promotor eleitoral	68

CAPÍTULO 3

DIREITOS POLÍTICOS E A ELIGIBILIDADE, 71

Introdução	71
Direitos civis e políticos.....	71
O sufrágio no direito brasileiro.....	73
Direitos políticos ativos e passivos	74
Condições de elegibilidade	75
Nacionalidade brasileira.....	77
Pleno exercício de direitos políticos.....	77
Alistamento eleitoral	77
Domicílio eleitoral na circunscrição.....	78
Filiação partidária	78
Idade mínima	79
Privação de direitos políticos: hipóteses.....	79
Efeitos correlatos	79
Casos de perda de mandato	80
Perda de direitos políticos por cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.....	80
Suspensão de direitos políticos	81
Por incapacidade civil absoluta	81
Pessoas com deficiência	82
Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos	82
Recusa de cumprir obrigação a todos imposta	83
Improbidade administrativa.....	84
Arguição judicial de falta de condição e perda superveniente de condição.....	85

CAPÍTULO 4

CAUSAS DE INELEGIBILIDADE, 87

Introdução	87
Conceito e natureza jurídica	87
Inelegibilidade, condições de elegibilidade e condições de registrabilidade	90
Inelegibilidade e direitos políticos	90
Fontes constitucionais e infraconstitucionais	91
Introdução à Lei da Ficha Limpa	91
Inelegibilidade Constitucional	92
Inalistáveis	92
Analfabetos	93
Inelegibilidade por laços sanguíneos	93
Inelegibilidade em virtude de reeleição	94
Inelegibilidade Infraconstitucional	96
Inelegibilidades absolutas infraconstitucionais	97
Breve excuroso sobre o decoro parlamentar	99
A sistemática da rejeição de contas para que seja declarada a inelegibilidade	113
Inelegibilidades relativas infraconstitucionais	126
Desincompatibilização	127
Inelegibilidades para disputa da Presidência e Vice-Presidência da República	129
Inelegibilidades para a disputa ao cargo de Governador e Vice-Governador	132
Inelegibilidades para a disputa ao cargo de Prefeito e Vice-Prefeito	132
Inelegibilidades para disputa ao cargo de Senador	133
Inelegibilidade para as disputas congressuais (Deputado Federal, Estadual ou Distrital)	133
Inelegibilidade dos Vereadores	133
Suspensão de Inelegibilidade	134

CAPÍTULO 5

SISTEMAS ELEITORAIS E REPRESENTAÇÃO, 137

Introdução	137
A questão da representatividade e mandato político-eleitoral.....	137
O debate sobre objetivos do sistema eleitoral: representação proporcional (RP) e voto alternativo (VA).....	142
Sistemas eleitorais no Brasil	144
O sistema majoritário	145
Votos brancos e nulos	146
O sistema proporcional.....	146
O quociente eleitoral	146
O quociente partidário	148
Distribuição das vagas restantes.....	149
Distribuição das vagas por candidatos	151
Propostas de voto distrital.....	154
O fim das coligações nas eleições proporcionais	156

CAPÍTULO 6

PARTIDOS POLÍTICOS, 159

Partidos e sua importância como instituição política.....	159
Conceito e natureza jurídica	166
Modelos de relação entre representação e partidos políticos.....	168
Indisciplina e infidelidade partidárias	171
Criação e registro de partidos políticos no Brasil.....	176
Financiamento e Fundo Partidário	177
Federações Partidárias	181
Diferença entre Federação e Coligação Partidária	187
Diferença entre Federação e Incorporação e Fusão Partidária	187

CAPÍTULO 7

REGISTRO DE CANDIDATURA E AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA, 189

Introdução	189
Convenções Partidárias.....	189
Conceito e natureza jurídica do registro	191

Procedimento para o registro.....	192
Registro de candidatura individual	196
Prazo para apreciação judicial.....	197
Aferição das condições de elegibilidade.....	197
Candidatura <i>sub judice</i>	198
Substituição de candidato.....	199
Expulsão do partido ou filiação irregular	202
Indicação do número de candidatos	202
Vereadores	202
Deputados	203
Sub-representação feminina	204
Candidaturas femininas fictas ou laranjas.....	205
A candidatura nata	205
Candidato não escolhido em convenção	206
Candidatura avulsa	206
Ação de impugnação de registro de candidato (AIRC).....	207
Conceito e natureza da AIRC	208
Legitimidade	209
Cabimento.....	211
Causa de pedir	211
Procedimento	214
Efeitos da cassação, cancelamento ou indeferimento do registro nas chapas plurissubjetivas.....	216

CAPÍTULO 8

CAMPANHA ELEITORAL, 219

Introdução	219
Conceito e Definição.....	221
Propaganda Eleitoral, Partidária e intrapartidária.....	222
Princípios da Propaganda Eleitoral	223
a) Princípio da legalidade da propaganda eleitoral.....	223
b) Princípio da liberdade de propaganda eleitoral.....	224
c) Princípio da veracidade do conteúdo da propaganda	225
d) Princípio da igualdade de acesso à propaganda	228
e) Princípio da responsabilidade solidária	229
f) Princípio do controle judicial.....	229

g) Princípio da disponibilidade da propaganda, ou facultatividade	230
h) Princípio da primazia da argumentação racional	230
Regras da Propaganda Eleitoral	231
Propaganda antecipada	232
Vaquinhas virtuais ou <i>crowdfundings</i>	236
Propaganda na internet	237
Propaganda antecipada na internet	237
Impulsionamentos	241
Vedações em sites	243
Propaganda Eleitoral e a LGPD	243
Sanções	244
As “milícias virtuais”	245
Propaganda negativa	246
Propaganda na imprensa	247
Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão	248
Divisão de tempo para legendas	249
Condutas vedadas às emissoras	249
Liberdade de imprensa para humor e críticas	250
Transmissão em cidades sem emissora de TV e rádio	250
Ordem da exibição	251
Inserções ou “pílulas”	251
“Invasão” de candidato	251
Conteúdo da propaganda	252
Sanções	252
Propaganda em bem particular	252
Propaganda em material impresso	253
Propaganda em alto-falante ou amplificadores de som fixos ou móveis	254
Comícios, showmício e carreatas	256
Manifestação individual e silenciosa do eleitor	257
Direito de resposta	257
Definição e conceito	258
Legitimidade	259
Prazos para propositura do direito de resposta	259
Procedimento	260
Debates	264
Pesquisas eleitorais	267

Influência sobre o eleitor	268
Regramento	269

CAPÍTULO 9

ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS, 273

Introdução	273
Responsabilidade	274
Limite de gastos de campanha.....	275
Gastos com honorários advocatícios	275
Descumprimento	275
Administração dos gastos de campanha	276
Conta de campanha.....	276
Recibos eleitorais	277
Financiamento Eleitoral.....	278
Recursos do próprio candidato	278
Recursos do Fundo Partidário	278
Doações de pessoas físicas	279
Uso de PIX para doação	282
Gastos do eleitor apoiador.....	283
Fundo Especial de Financiamento de Campanha	283
Critérios de distribuição do FEFC entre os partidos.....	283
Critérios internos dos partidos	284
Aplicação do FEFC às candidaturas femininas	284
Devolução.....	284
Renúncia.....	285
Vedações gerais	285
Descumprimento das normas sobre arrecadação e aplicação	286

CAPÍTULO 10

ELEIÇÕES, 287

Introdução	287
O início do processo eleitoral	287
Atos Preparatórios da Eleição	288
Mesas.....	288
Fiscalização perante as mesas receptoras	292

Votação	293
Invalidação de Votos	294
Votação nula	294
Votação anulável	297
Apuração de Votos	298
Competência	298
Diplomação	300
Conceito	300
Competência	302
Prazo para diplomação	302
Negativa de expedição <i>ex officio</i>	303

CAPÍTULO 11

ABUSO DE PODER, 305

Introdução	305
Conceito	306
O abuso na civilística moderna	307
Abuso, excesso e desvio de poder	308
O abuso de poder nas eleições	309
Abuso de poder político	310
Culpa, potencialidade e gravidade	311
Abuso de poder econômico	313
Abuso de poder nos meios de comunicação social	315

CAPÍTULO 12

CRIMES ELEITORAIS, 319

Introdução	319
O problema dos bens jurídicos eleitorais	319
Conceito de crime eleitoral	322
Penas	324
Fontes	327
Garantias Eleitorais	328
Procedimento penal eleitoral	329
Crimes eleitorais em espécie	333

Crimes concernentes à formação do corpo eleitoral	333
Crimes relativos à formação e funcionamento dos partidos políticos	335
Crimes eleitorais em matéria de inelegibilidade	336
Crimes de propaganda eleitoral	336
Crimes relativos à votação	341
Crimes eleitorais referentes ao fornecimento gratuito de transporte	346
Crimes eleitorais pertinentes à garantia do resultado legítimo das eleições	348
Crimes concernentes à organização e funcionamento dos serviços eleitorais	352
Crimes contra a fé pública eleitoral	354

CAPÍTULO 13

AÇÕES ELEITORAIS, 357

Introdução	357
O ponto de partida processual	357
Classificação	360
Princípios do Processo Eleitoral	361
Princípio da indisponibilidade ou predominância do interesse público ..	361
Princípio da celeridade	364
Princípio da Preclusão	365
Princípio do dispositivo mitigado	366
Princípio do aproveitamento ou convalidação	367
Tipicidade dos instrumentos processuais eleitorais	368
Aspectos Processuais das Representações	368
Competência	368
Legitimidade	369
Prazos	370
Sanções	371
Procedimentos	373
Desistência	375
Litispendência	376
Intimação e Notificação	376
Julgamento antecipado do mérito	376
Representações em Espécie	376

Representação por captação ilícita de sufrágio.....	376
Representação por captação ou gasto ilícito de recurso de campanha (30-A)	380
Representação por doação eleitoral acima do limite permitido.....	380
Representação por propaganda irregular.....	381
Representação por realização de condutas vedadas.....	381
Condutas vedadas a partir de 1º de Janeiro do ano eleitoral (artigo 73, VII e §10).....	386
Condutas vedadas nos 180 dias que antecedem as eleições (artigo 73, VII e VIII)	388
Condutas vedadas nos três meses anteriores ao pleito (artigos 73, V e VI; 75 e 77).....	390
Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	395
Cabimento.....	397
Legitimidade	398
Prazo para propositura.....	399
Sanções.....	400
Questões procedimentais.....	400
Ação de Investigação Judicial Eleitoral.....	401
Conceito	402
Competência	403
Legitimidade	404
Procedimento	404
Recurso Contra a Expedição de Diploma	405
Cabimento.....	405
Competência	406
Legitimidade	407
Prazo	407
Sanções.....	407
Procedimento	408

CAPÍTULO 14

RECURSOS ELEITORAIS, 411

Introdução	411
Ausência de efeito suspensivo	412
Prazos Processuais	415
Regra especial de prevenção	416
Recursos Eleitorais em Espécie	416
Recurso Inominado	417
Cabimento	417
Prazo para proposição	418
Procedimento	419
Recurso Ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral	421
Cabimento	422
Prazo para interposição	423
Procedimento	423
Recurso Ordinário para o Supremo Tribunal Federal	423
Recurso Especial Eleitoral	424
Cabimento	424
Prazo para a interposição	426
Competência	426
Procedimento	427
Recurso Extraordinário Eleitoral	427
Cabimento	428
Prazo para interposição	428
Processamento	429
Agravo Interno (Regimental)	429
Prazo para interposição	430
Procedimento	430
Embargos de Declaração	431
Cabimento	431
Prazo para a interposição	431
Processamento	432

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 433